

# Exploração sexual infantil no turismo brasileiro: como podemos combater?

Em 2018, o Disque 100 registrou um total de 17.093 denúncias de violência sexual contra menores de idade. A maior parte delas é de abuso sexual (13.418 casos), mas há denúncias também de exploração sexual (3.675). O chamado “turismo sexual” nada mais é do que um nome viável para camuflar a crua realidade de que milhares de crianças e adolescentes vendem seus corpos pelo Brasil afora. Essas 3.675 denúncias formam uma estatística pífia e bem distante da realidade.

[\(Universa, 10/11/2019 - acesse no site de origem\)](#)

Segundo dados da Unicef (Fundo das Nações Unidas para a Infância), quase 2 milhões de meninos e meninas são vítimas da exploração sexual no contexto do turismo no mundo. Na Tailândia, estima-se que entre 20% e 40% das pessoas que se prostituem são menores de idade. Em 2010, o programa “Our World: Brazil’s Child Prostitutes” (“Nosso Mundo: As Crianças Prostituídas do Brasil”, em tradução livre), exibido pelo canal BBC World, afirmou que não demoraria muito para que o nosso país alcançasse os tristes números da Tailândia – conforme a Unicef, cerca de 250 mil menores se prostituem no Brasil.

A imagem turística que se construiu do país internacionalmente, através da promoção de campanhas publicitárias nas décadas de 1970 e 1980, têm impacto até os dias atuais: muitos estrangeiros, das mais diversas partes do mundo, encaram o Brasil como o “paraíso do sexo”, repleto de mulheres sensuais de todas as faixas etárias sempre disponíveis para a diversão. Em abril de 2019, o presidente Jair Messias Bolsonaro afirmou: “O Brasil não pode ser um país do mundo gay, de turismo gay. Temos famílias. Quem quiser vir aqui fazer sexo com uma mulher, fique à vontade. Agora, não pode ficar conhecido como paraíso do mundo gay aqui dentro.” Uma declaração não só preconceituosa e homofóbica como incentivadora da banalização da exploração sexual feminina, principalmente dos governos estaduais do Nordeste, onde o problema é notório.

A falta de dados concretos, verídicos e substanciais é só a ponta do iceberg de um problema grave que, ao contrário do que muita gente pensa, não é só dos governantes, mas de toda uma sociedade. Segundo especialistas, o combate à exploração sexual de menores é difícil por uma série de fatores, como os apontados a seguir:

## **Não há um perfil típico do agressor**

A exploração sexual ocorre, principalmente, no turismo de negócios, mas também acontece no turismo de lazer. “A maioria dos turistas não vem ao destino com essa finalidade exclusiva. São pessoas comuns que não tem histórico de abuso sexual contra crianças e adolescentes e podem nunca ter pensado em explorar sexualmente uma criança ou um adolescente até que lhes é oferecida a oportunidade”, observa Eva Dengler, gerente de Programas e Relações Empresarias da Childhood Brasil, braço nacional da World Childhood Foundation, organização criada em 1999 pela Rainha Silvia da Suécia com o objetivo de defender os direitos da infância e promover melhores condições de vida para crianças em situação de vulnerabilidade em todo o mundo.

## **Falta de capacitação e conscientização da indústria**

A indústria do turismo é um setor extremamente vulnerável à exploração sexual contra crianças e adolescentes. Para combatê-la, é necessário envolver não só os meios de hospedagem, mas também de agências de viagens e transporte, bem como os setores correlatos às viagens de negócios e lazer como exposições, feiras, bares, casas noturnas, restaurantes e eventos culturais e esportivos, alertando constantemente funcionários e cadeias de fornecedores sobre o problema.

“Um taxista, por exemplo, que presta serviço regular a um local, deve ser conscientizado sobre a proteção de crianças e adolescentes contra exploração sexual. O mesmo ocorre com funcionários, que precisam ser orientados para que possam identificar e tomar as providências adequadas quando perceberem qualquer situação suspeita. É uma indústria com potencial de educar e conscientizar turistas sobre os riscos da exploração sexual de crianças e adolescentes. É preciso criar um ambiente onde todos estejam de ‘olhos bem abertos’ e saibam como agir”, afirma Eva, da Childhood Brasil.

Para Sara Oliveira, gerente da Plan International Brasil em Salvador (BA), há uma visão deturpada de que o chamado “turismo sexual” é um bom negócio para o Brasil. “É imprescindível destacar que turismo sexual não é turismo, mas sim crime, e como tal deve ser tratado. A expressão correta seria exploração sexual no contexto do turismo. Sendo assim, se faz necessário investir em uma maior qualificação do setor, na conscientização sobre a responsabilidade social, em ações para atender as populações de risco e numa mudança de visão do turismo, com a finalidade de passar a ver a atividade como agente de igualdade social e de distribuição de renda. Essas são, inclusive, indicações da Organização Mundial do Turismo (OMT)”, pontua. Com unidades em São Paulo, capital, e no Nordeste, a Plan International Brasil desenvolve programas e projetos com o objetivo de capacitar e empoderar crianças, adolescentes e suas comunidades, para que adquiram competências e habilidades que os ajudem a transformar suas realidades.

No Brasil, existe um código de conduta lançado no final de 2018 pelo Ministério do Turismo com a finalidade de orientar empresas e prestadores de serviços que atuem direta ou indiretamente no setor de turismo a enfrentar a exploração de crianças e adolescentes. Ele estabelece 12 compromissos que precisam ser cumpridos pela empresa ou profissional — mas que pouco são colocados em prática.

## **Desigualdades sociais e situações de vulnerabilidade**

A grande maioria das crianças e adolescentes vítimas da exploração sexual pertence às classes menos favorecidas e assistidas por políticas dos mais diversos tipos como de saúde, educação e inclusão econômica. “Na maioria dos casos, ainda, essas pessoas são negras ou indígenas, e mulheres. O sonho e o desejo de acessar a algumas das formas de vida e bens de consumo que uma minoria possui termina por encantar crianças e adolescentes que se tornam presas fáceis para os exploradores. Soma-se a isso a carência afetiva, que muitas vezes se faz presente, e temos um ambiente absolutamente favorável ao envolvimento sexual predatório e criminoso”, argumenta Iara Lucia Gomes Brasileiro, docente do Centro de Excelência em Turismo da UnB (Universidade de Brasília).

De acordo com Sara Oliveira, a exploração sexual pressupõe uma relação de mercantilização em que o sexo é fruto de uma troca, seja ela financeira, de favores ou presentes — podendo até

ser um prato de comida. “Muitas vezes o agressor acredita estar ajudando a criança e o adolescente. Infelizmente, ainda permanecem diversas fragilidades relacionadas à sobrevivência que nos dão mais elementos para dizer que a exploração sexual tende a acontecer com mais frequência com os menos favorecidos economicamente”, diz. Outro fato a considerar é que famílias menos favorecidas, em geral, têm menor condição de acompanhar e orientar seus filhos por trabalharem fora muitas horas por dia e não terem uma rede de apoio. “Por outro lado, a insuficiência ou falta de políticas públicas nas várias esferas não apoiam e nem garantem um atendimento integrado, contínuo e de qualidade a essas famílias”, diz Sara.

## **Descaso do governo e conivência da sociedade**

Para Iara, a insensibilidade dos governos em todos os níveis — federal, estadual e municipal — para com problemas desse tipo é, certamente, outro fator que impede a proteção de crianças e adolescentes. “Aqui, podemos incluir a conivência da sociedade que, ao mesmo tempo em que se diz preocupada com desigualdades e falta de oportunidades ‘iguais’ para todos, parece não desejar que isso ocorra. Vale lembrar que políticos são ou deveriam ser parte da nossa sociedade, pois são escolhidos como representantes do povo. Então, seria de se esperar que fossem os primeiros a cumprir as leis que eles próprios criam e aprovam. No entanto, não são raros aqueles que também se aproveitam de seus cargos e de seu status social e econômico para utilizar dos favores sexuais de crianças e adolescentes. Com isso, o tema torna-se uma ‘pedra no sapato’, um verdadeiro incômodo a ser encarado”, reclama Iara.

“Existe, ainda, a conivência e a corrupção da polícia e de juízes e procuradores”, diz o cineasta e pesquisador mineiro Joel Zito Araujo, doutor em Ciências da Comunicação pela ECA/USP (Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo). Joel Zito é o diretor do premiado documentário “Cinderelas, Lobos e um Príncipe Encantado”, lançado em 2008, que percorre o Nordeste e países europeus como Itália e Alemanha para contar o sonho de várias mulheres brasileiras em encontrar um marido europeu como forma de ascensão social e fuga da fome e da miséria. Mais do que conivente, para o cineasta a sociedade é cúmplice de problemas como machismo, racismo e exploração de crianças. Em suas pesquisas pelo Nordeste, ele conta que visitou uma praia onde um estrangeiro estava com uma menina de apenas 10 anos no colo e ninguém se chocava ou ao mesmo se importava.

Ainda segundo Iara, a sociedade é conivente com o drama da exploração sexual de crianças e adolescentes pelo turismo a medida em que muitas pessoas preferem fechar os olhos e aguardar que “alguém responsável” tome as providências. “O resultado dessa cegueira opcional é a perpetuação das desigualdades e injustiças”, declara.

De acordo com Irmã Valmi Bohn, coordenadora nacional da Rede Um Grito pela Vida, a vulnerabilidade devido à falta de emprego, a fome e a miséria formam um quadro tenebroso e propício à exploração sexual. “São situações muito visíveis e uma depende da outra, ou seja, sem emprego uma pessoa se torna vulnerável e passa fome. Para completar, não existem programas de governo para proteger ou ajudar essas crianças e jovens em situação de vulnerabilidade. As políticas públicas estão só no papel e nas promessas e o descaso cresce cada vez mais, tornando-se algo tão comum que para muitos já é natural”, reclama a religiosa. A Rede Um Grito pela Vida atua na prevenção ao tráfico de pessoas, principalmente contra o tráfico para fins de exploração sexual, em parceria com organizações não governamentais e governamentais, movimentos sociais e outros segmentos da sociedade civil. É um projeto da CRB Nacional (Conferência dos Religiosos do Brasil) com núcleos de atuação em todo o país.

O descaso do governo inclui a triste realidade de que as leis de proteção nunca são efetivamente aplicadas. É vedado, por exemplo, hospedar crianças ou adolescentes, desacompanhados dos pais ou responsável ou sem autorização escrita, em hotéis, pensões, motéis ou congêneres. Na prática, isso não funciona. Aplicada com extremo rigor e fiscalização, essa medida já auxiliaria no enfrentamento do problema.

## **Persistência da cultura machista**

A sexualização das mulheres, principalmente na mídia, acontece desde muito cedo, ainda na infância. É muito comum que meninas, ainda muito novas, sejam transformadas em símbolos sexuais e estampadas nas revistas em poses e roupas que não condizem com suas faixas etárias. Neste sentido, segundo Eva Dengler, é também naturalizada a relação de casais heteroafetivos em que a grande diferença de idade entre os dois é aceitável desde que o homem seja o mais velho. “A cultura da ‘novinha’ não é novidade e existe há muito tempo em nosso imaginário, mesmo que com diferentes nomes, como as ‘lolitas’, por exemplo. Essa normalização é também refletida na exploração sexual no turismo”, afirma.

O machismo ainda resistente em nossa cultura, para Sara, da Plan International Brasil, leva muita gente a encarar a exploração sexual como algo normal, rentável e, por isso, aceitável, como se não fosse uma violência. “As famílias, às vezes, deparam com homens adultos ‘namorando’ suas filhas e não percebem algumas relações de violação que se dão nesse processo ou, se percebem, não pensam ou não sabem como denunciar. É importante ter em mente que o combate à exploração sexual de crianças e adolescentes passa, antes de tudo, pela necessidade de reconhecimento do problema.

## **Subnotificação e negação do problema**

Segundo as organizações que combatem a exploração sexual no turismo, não é fácil obter dados precisos sobre o problema porque a grande maioria dos casos não são denunciados. “Existem muitos fatores que contribuem para a subnotificação, entre eles o fato que o crime não é reconhecido pela cultura local como uma violação dos direitos da criança e do adolescente”, afirma Eva. “Ao desviarmos o olhar de uma realidade à nossa volta que nos desagrada, fazemos questão de ignorar as informações e os dados relativos a ela. Ou seja, poucos sabem que existe um número para o qual chamar e denunciar todo tipo de violência e de violações a direitos humanos”, conta Iara, referindo-se ao Disque 100. Com discagem gratuita e com a manutenção do anonimato (se assim o denunciante preferir), o serviço funciona 24 horas por dia, todos os dias da semana. “Muitos fazem questão de ignorar os alertas dados pelas diferentes mídias, em diferentes formatos. Por outro lado, parece que estamos tão acostumados à violência, que já não nos importamos com o outro”, completa a docente docente da UnB.

Ainda conforme a opinião de Iara, a sociedade tende a acreditar que ela mesma não é responsável pelas desigualdades e injustiças: quem o faz é sempre o estrangeiro, o desconhecido, o “outro” que chega ao nosso país ou à nossa cidade para cometer crimes. “As pessoas se esquecem que, mesmo o turismo nacional ainda ser considerado pequeno, é o grande responsável pela maior parte dos impactos que temos em nossa economia e na nossa sociedade”.

Para Sara, a falta de denúncia também é fruto do medo. “De cada dezena de casos de violência sexual contra crianças e adolescentes na Bahia, por exemplo, acredita-se que até nove deixam

de ser denunciados no estado, o que representa uma subnotificação de 90%”, conta. O reconhecimento de situações de violência é muito importante para que se possa dar encaminhamento adequado, tanto para quem sofreu como para quem a praticou. Esse acompanhamento também deveria ser extensivo à família, visando o enfrentamento da situação e a amenização do trauma e das demais consequências sociais, psicológicas e físicas decorrentes dessa violação de direitos humanos.

## **Falta de empatia com a criança e o adolescente**

“Nós ainda não respeitamos nem garantimos os direitos de crianças e adolescentes desenvolverem sua sexualidade de maneira saudável. Ainda os ignoramos como pessoas. Desconhecemos as leis e preferimos ignorar os direitos. Estamos nos acostumando, cada vez mais, às múltiplas formas da violência. Negamos, ignoramos, fazemos de conta que não vemos.

Em conclusão, talvez possamos resumir as dificuldades em enfrentar e combater a exploração sexual de crianças e adolescentes, seja no turismo ou não, na falta de empatia, de solidariedade, de reconhecimento dos direitos, das necessidades e dos desejos do outro, além da ausência de afeto e de vontade de mudar”, sentencia Iara, da UnB, que recorda o que determina o Artigo 227 da Constituição do Brasil: “É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.”

Segundo Luciana Reis, coordenadora da ECPAT Brasil, coalizão de organizações da sociedade civil que trabalha para a eliminação da exploração sexual de crianças e adolescentes, há uma naturalização da sociedade de que as crianças e os adolescentes explorados já têm autonomia para decidir sobre seus corpos, impedindo as denúncias e contribuindo para a subnotificação do crime. “Inclusive, é uma pena que a autoproteção das crianças, estimulada por meio de materiais e atividades voltadas para a educação sexual, venha sendo tratada com repúdio por parte do atual governo”, ressalta. Importante saber que muitas dessas crianças exploradas abandonam a escola e que não são poucas as meninas que engravidam e têm filhos sem estrutura nenhuma. Ou seja, o ciclo da pobreza nunca deixa de ser perpetuado.

*Por Heloísa Noronha*

---

## **[Exploração sexual afeta 500 mil crianças e adolescentes ao ano no Brasil](#)**

*‘Eu tinha nojo, queria que terminassem logo’, conta vítima que foi explorada quando tinha apenas 10 anos*

**[\(O Globo, 08/09/2019 - acesse no site de origem\)](#)**

RIO - A história de A., de 13 anos, é um retrato da exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil. Com 10 anos, ela vivia num lar violento em um bairro pobre de uma cidade no interior da Bahia. Não frequentava mais a escola, já usava drogas. Virou presa fácil para homens muito mais velhos que ofereciam dinheiro por sexo.

— Os coroas chegavam e perguntavam assim: “Você quer fazer um bolo para ganhar R\$ 100?” Aí a gente ia para a casa dele. Eu tinha nojo, queria que terminassem logo para ganhar meu dinheiro, ir embora e comprar droga.

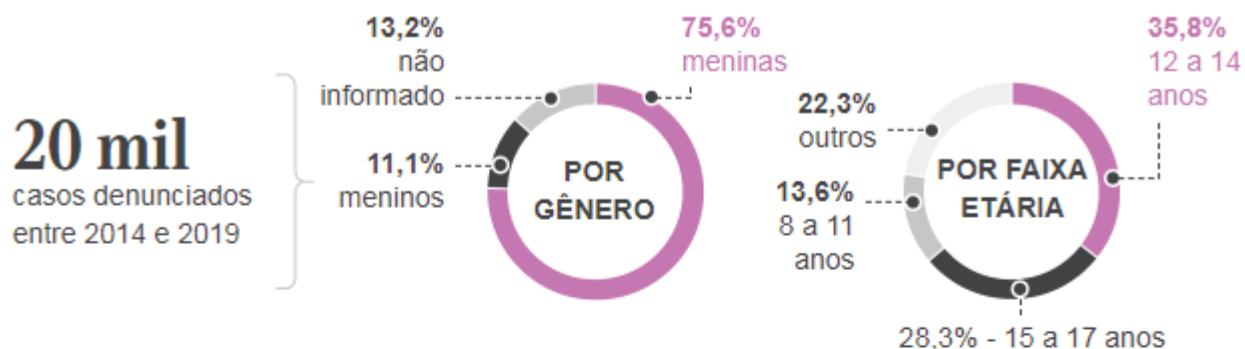
Não tinha ajuda de ninguém, nem do próprio pai, que abusou sexualmente dela quando a menina tinha 11.

— Mesmo que eu não fosse mais virgem, ele não podia fazer isso comigo porque ele era meu pai.

Com um filho nos braços aos 13, encontrou auxílio numa ONG e hoje vive num abrigo.

Um panorama organizado pelo Instituto Liberta a partir de estudos de organizações da sociedade civil e dados governamentais mostra que o Brasil é o segundo país com maior número de crianças e adolescentes exploradas sexualmente, depois da Tailândia. Calcula-se que haja 500 mil vítimas por ano no país.

## Crime invisível



## Denúncias por estados

Por mil habitantes



Em números absolutos



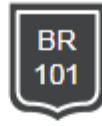
## Faixa etária dos agressores





## No turismo

Hotéis e Motéis cobram R\$ 500 por duas horas com meninas e R\$ 4000 se ela for virgem. O perfil da vítima é uma menina negra, pobre, com baixa escolaridade e vinda de áreas rurais.



## Nas estradas

A cada 26,7 km há um ponto de exploração sexual infantil (Polícia Rodoviária Federal). Há casos de menores oferecendo os corpos por até R\$ 2



## Em canteiros de obras

57% dos trabalhadores em canteiros de obras em 5 estados sabem que crianças e adolescentes são exploradas sexualmente nas proximidades. 25% deles admitiram ter tido relações sexuais com menores

Fonte: Disque 100, Ministério do Turismo, Childhood, Child Protection Center e relatório Down to Zero Baseline

Não há dados oficiais que dimensionem o problema; os mais usados vêm do Disque 100, serviço do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH) que acolhe denúncias, mas especialistas dizem que só 7,5% dos casos são denunciados. As razões são várias: havia longa espera para denunciar, a pessoa tem dúvida sobre a idade da vítima e, o mais grave, a sociedade ainda é muito tolerante com esse crime.

— Como é uma situação comercial, imaginam uma aquiescência das meninas. “Ela tá ali porque quer e até está sendo paga” — diz a gerente da ONG Plan International Viviana Santiago. — As pessoas querem proteger a infância, mas a adolescência já não é vista como uma etapa de desenvolvimento, são miniadultos. A sociedade não reconhece o problema.

A especialista reforça que é preciso entender que “elas não são profissionais do sexo, porque uma adolescente e uma criança não têm capacidade de tomar essa decisão”. O efeito dessa exploração impacta no seu futuro.

— Elas passam a ser tratadas como cidadãs de segunda categoria e ficam de fora das políticas sociais e estruturas familiares. Perdem o direito de viver essa fase da vida. São colocadas à margem da compaixão e de todo sentimento de um ser humano por outro.

Segundo Santiago, essas garotas — ao menos 75% das vítimas são meninas e, em sua maioria, negras— sofrem espancamentos, são estupradas, enroladas em dívidas, iniciadas no consumo de álcool e drogas, e pegam doenças, pois não conseguem negociar o uso de preservativos.

Especialistas destacam a diferença entre exploração e abuso: ambos são violências sexuais, mas na exploração há uma troca mercantil.

— Quando se fala de abuso, existe um imaginário que causa indignação, mas quando essa mesma menina de 12 anos está de shortinho na esquina, vira “só” uma prostituta — diz a presidente do Instituto Liberta, Luciana Temer.

## Prevenção e Punição

A legislação brasileira classifica relação sexual com menor de 14 anos como estupro de vulnerável, com pena de 8 a 15 anos de reclusão. Se a vítima tiver entre 14 e 18 anos e o sexo envolver troca mercantil, o crime é de exploração sexual, com pena de 4 a 10 anos de prisão para quem teve a relação; intermediários dessa prática, como um agenciador ou o dono de um local que o favoreça, também são punidos.

As especialistas dizem que as políticas de combate a esse crime no país continuam muito desarticuladas.

— A resposta pressupõe uma política pública fortalecida num país que vive um congelamento de gastos. Existe um posicionamento do governo de desmantelamento da sociedade civil e hoje uma parte significativa do trabalho é feita por ela — diz Viviana Santiago.

A Childhood Brasil, por exemplo, atua na região Norte, entre outras, conscientizando capitães e pilotos de barco.

— Tem mãe que quer jogar uma criancinha dentro do barco para os homens fazerem sexo e darem dinheiro. Tem cidades no Pará em que levam as meninas arrumadinhas para a praça para mostrar para trabalhadores temporários de obras — afirma Eva Dengler, gerente da Childhood. — Esses homens têm família, então trazemos para eles essa discussão: ‘Vamos olhar para elas como olhamos para nossos filhos’.

Temer diz que é um equívoco achar que a exploração só acontece no Norte e no Nordeste. O que muda é a forma como ocorre. Relações com traficantes em troca de bens ou aplicativos tipo “sugar daddy” são exemplos.

— É preciso fazer um trabalho de reconhecimento das violências com as próprias garotas.

O MMFDH informa que adota políticas para proteção dessas crianças, como reformulação do Disque 100 e equipagem e capacitação dos Conselhos Tutelares.

*Por Constança Tatsch*

---

## **67,69% dos 37 mil registros de violência sexual contra crianças e adolescentes são meninas**

A Ouvidoria Nacional dos Direitos Humanos, por meio do Disque 100, recebeu 294 denúncias de violência sexual contra crianças e adolescentes de Alagoas no último ano. A informação foi



divulgada nesta quarta-feira (17), na véspera do Dia Nacional do Combate ao Abuso e à Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes.

[\(G1 AL, 17/05/2017 - Acesse o site de origem\)](#)

Os casos desse tipo de crime podem ser bem maiores, já que o levantamento considera apenas os crimes denunciados pelo número de emergência em 2016.

Do total, foram 206 de abuso sexual, 80 de exploração sexual, 3 de pornografia infantil, 1 de sexting (divulgação de conteúdo por meio de celulares) e 2 classificados como “outros”, sem especificação.

A assessoria de imprensa da Secretaria de Estado de Prevenção à Violência (Seprev) informou que as denúncias encaminhadas ao Disque 100 são repassadas para os Conselhos Tutelares, que as encaminha à polícia.

A secretaria disse ainda que trabalha em conjunto com o Fórum Estadual dos Conselhos Tutelares com ações contra o abuso e a exploração sexual infantil, que promove durante todo o ano ações educativas de conscientização e que nesta semana acontece um seminário sobre o tema para orientar profissionais que atuam na área.



*Mais da metade dos casos denunciados em Alagoas é de abuso sexual (Foto: Reprodução/Globo)*

News)

## Dados nacionais

No Brasil, a ouvidoria recebeu mais de 37 mil casos de denúncias de violência sexual na faixa etária de 0 a 18 anos, o que corresponde a 10% das ligações feitas à central telefônica nos anos de 2015 e 2016. Os dados foram fornecidos pela Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Sobre o perfil das vítimas, a maior parte delas são meninas (67,69%), seguida por meninos (16,52%) e não informados (15,79%). Cerca de 40% dos casos eram referentes a crianças de até 11 anos. As faixas etárias de 12 a 14 anos e de 15 a 17 anos correspondem, respectivamente, 30,3% e 20,09% das denúncias.

Os dados foram passados em uma ação realizada por cinco organizações sociais (Childhood Brasil, Fundação Abrinq, Liberta, Plan International Brasil e Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente). Elas se uniram para conscientizar a população sobre o 18 de maio.

“Enfrentar a questão da violência sexual contra crianças e adolescentes é encerrar de frente o desafio de uma mudança profunda em nossa cultura”, afirma Cláudia Vidigal, secretária Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente.

“É um crime hediondo que muitas vezes é banalizado e quase naturalizado em nossa sociedade. Por isso, realizaremos seminários técnicos, campanhas e diversas ações nos quatro cantos do país para que todos possamos compor a rede de proteção da criança e do adolescente e participar do sistema de garantia de direitos”, expôs Cláudia.

---

## [2/3 dos estupros em SP atingem vulneráveis, aponta levantamento](#)

Dos 2.667 casos de estupro registrados até março no Estado de São Paulo, dois terços foram de vulneráveis (1.794). São números oficiais da Secretaria de Segurança Pública, que, desde janeiro, subdividiu as ocorrências. Março, mais recente mês da análise, registrou o maior número de estupros desde agosto de 2013. Foram 978 ataques (sendo 640 de vulneráveis) ou 31 por dia.

[\(Folha de S.Paulo, 16/05/2017 - Acesse o site de origem\)](#)

O número de estupros no Estado vinha caindo desde agosto de 2013, quando foram registradas 1.016 ocorrências.

A SSP afirma que os números de estupros de vulnerável começaram a ser divulgados no site da secretaria com o objetivo de “ajudar as políticas de prevenção contra esse tipo de crime.”

“Todos os policiais civis de São Paulo passam por aulas específicas na Academia de Polícia, como atendimento público e direitos humanos, para prestar o melhor atendimento às vítimas”, afirmou em nota.

*Getty Images*



*Camisinha descartada no chão*

O estupro de vulnerável é tipificado no artigo 217-A da lei 12.015/09 –“ter conjunção carnal ou praticar outro ato libidinoso com menor de 14 anos”. O crime também se configura quando praticado contra “alguém que, por enfermidade ou deficiência mental, não tem o necessário discernimento para a prática do ato, ou que, por qualquer outra causa, não pode oferecer resistência”. A pena é de 10 a 20 anos de reclusão. Se resultar em morte, de 12 a 30 anos.

Antes da lei, só havia os delitos de estupro e os de atentado violento ao pudor. Para esses casos, havia a chamada “presunção de violência” –ou seja, mesmo se não houvesse violência, presumia-se a existência em função da idade ou condição física ou mental da vítima. A “presunção” alimentava interpretações, como a vítima, apesar da idade, ser namorada do agressor ou prostituir-se.

Em recurso especial respondido em 25 de junho de 2016, o ministro do STJ (Superior Tribunal de Justiça) Sebastião Reis analisou a lei com base em um caso envolvendo uma criança de 12 anos de idade.

O cerne da controvérsia cinge-se a saber se a conduta do recorrido –que praticou conjunção carnal com menor que contava com 12 anos de idade– inclui-se ao tipo previsto no art. 217-A do Código Penal, denominado estupro de vulnerável, mesmo diante de eventual consentimento e experiência sexual da vítima. Para a configuração do delito de estupro de vulnerável, são

irrelevantes a experiência sexual ou o consentimento da vítima menor de 14 anos.”

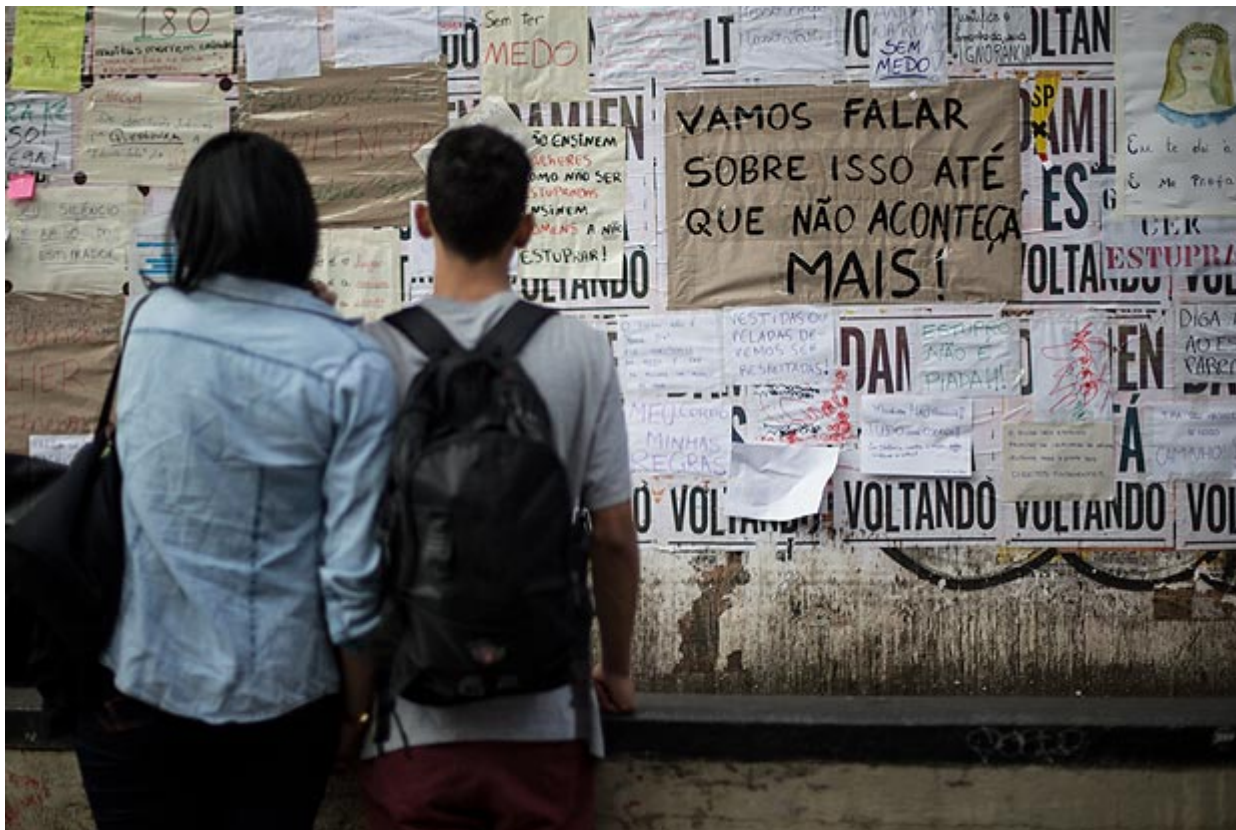
## **POBREZA**

Na capital paulista, os dados do mês de março coletados pela Secretaria de Segurança Pública indicam bairros com menor de Índice de Desenvolvimento Humano com mais registros. Quanto mais próximo o IDH de 1, melhor a qualidade de vida (Moema, considerado com o padrão mais alto, tem 0,961). Os dados, de 2016, são um cálculo que compila dados como riqueza, alfabetização, educação, expectativa de vida e natalidade, entre outros fatores.

O Capão Redondo, na zona sul, lidera, com 19 boletins de ocorrência indicando estupro de vulnerável –o bairro é o 17º com pior IDH, entre 96 distritos, com índice de 0,782. A delegacia de Jardim dos Imbuías, também na região sul, registrou 16 casos. O Grajaú, onde a delegacia está localizada, é o sétimo bairro com o pior IDH (0,754). Entre os dez com mais casos de violência sexual contra vulneráveis, apenas Jaçanã e Vila Amália (ambos na zona norte) não estão na lista dos 20 com os índices mais baixos.

O registro de mais casos nesses bairros, no entanto, não necessariamente indica que a condição social interfira. “As mães tinham medo de denunciar, mas foram estimuladas por campanhas nas escolas e nos centros de convivência nas camadas com menor potencial econômico. A necessidade aflorou, porque não havia essa capacidade de enfrentar a denúncia”, diz a coordenadora do CNRVV (Centro de Referência à Vítima de Violência) do Instituto Sedes, Dalka Chaves de Almeida Ferrari. “Havia a ilusão de que a Justiça jamais chegaria até eles [os abusadores].”

*Diego Padgurschi /Folhapress*



*Casal diante de cartazes contra violência sexual em tapume no Masp*

“São regiões onde há mais notificações porque as pessoas são expostas ao crime e notificam mais que nas outras áreas”, afirma a promotora Valéria Scarance, do Ministério Público do Estado de São Paulo. “É possível que a pedofilia ocasional ocorra com mais frequência em outras regiões, mas o abuso é mais discreto e às escondidas. Há uma subnotificação nelas. A transgeracionalidade [quando o abuso é cometido por gerações da mesma família] é a moeda do silêncio nas classes alta e média.”

De acordo com os números da Secretaria de Segurança Pública, apenas 10 das 92 delegacias não registraram abuso de vulnerável neste ano. Somente dois deles, Campo Grande e Campo Belo (zona sul), estão na lista dos 20 bairros com maior IDH da cidade.

Bairros considerados nobres da capital paulista lideraram as estatísticas de estupro, desconsiderados os casos de abuso de vulnerável, nos primeiros três meses do ano. A Consolação (centro) teve nove registros; Pinheiros (zona oeste sete. Essa estatística comprova que os mais ricos não estão imunes aos abusos.

## **EM CASA**

De acordo com Dalka, a faixa preferida do autor de estupro contra vulnerável é dos 7 aos 14 anos. Existe um pico também de bebês até quatro anos, mas não tão alto.

Scarance lembra o exemplo de um dos casos que cuidou no MP-SP: uma mulher que havia sido molestada pelo pai e, quando teve uma filha e era obrigada a frequentar festas de família, não deixava que a criança se aproximasse do avô molestador. “Essa queixa, no entanto, nunca foi apresentada.”

Para a promotora, não há uma causa para o abuso, mas “muitas causas”. “Não há explicação, nem mesmo a de que a pessoa foi abusada na infância”, diz. Ela cita exemplos: há a violência ocasional, de um homem com desejo sexual que escolhe o que está mais próximo para o crime; a de vingança, em que o abusador se vinga da mãe com a filha; e o pedófilo, que tem atração específica por crianças.



*Estudantes da USP protestam contra formatura de aluno acusado de estupro de universitárias*

Em 2016, a promotora fez um levantamento dos boletins de ocorrência que chegaram até o MP com casos de estupro de vulnerável. Em regra, afirma, o abusador mora com a vítima, é o pai ou o padrasto. O índice mundial, afirma Dalka, do CNRVV, aponta um percentual de 70% a 80% de violência praticada por esse grau de parentesco. É baixo o índice de penetração: o percentual de ato consumado é de 10% para os casos de crianças até 14 anos e de 15% entre adolescentes abusadas. O ato libidinoso, por si só, já é configurado como estupro.

“É muito importante, portanto, não se convencionar a classificar o estupro ao laudo de conjunção carnal, porque normalmente não são deixados vestígios. É um erro pensar que estupro de vulnerável é o mesmo de adultos”, afirma Scarance.

Segundo a promotora, muitas vezes a própria vítima se retrata por não conseguir suportar o peso de um processo contra um ente. “Quase sempre o laudo de corpo de delito vem negativo, porque não há conjunção carnal. E muitas famílias colocam isso como uma absolvição [do abusador]. Há uma dificuldade de pessoas próximas de acreditar que aquele crime aconteceu. Em regra, duvidam porque acham que aquele homem tem um comportamento normal. E, quando o laudo vem negativo, mesmo que a criança nunca tenha falado de penetração, passam a duvidar dela.”

A retratação da vítima com o abusador, diz, passa a ser tão comum que chegou a ser catalogada como a “Síndrome da Adaptação da Criança Vítima de Abuso Sexual”, descrita pelo psiquiatra francês Martine Lamour no artigo “Os Abusos Sexuais em Crianças Pequenas:

Sedução, Culpa, Segredo”, publicado em 1997 no Brasil. No texto, ele conclui que “vasta pesquisa nos Estados Unidos mostrou que os fatos negados, após uma primeira confissão, eram na maioria fatos reais” e que essas crianças eram duplamente vítimas: “dos abusos sexuais e da incredulidade dos adultos”.

Para Dalka, há uma mudança evidente, com mais mães denunciando e orientando as crianças para que se defendam. “Muitas já não aceitam coisas de estranhos, não se deixam seduzir. Antes, não havia a capacidade de enfrentar a denúncia. A partir do ano que vem, os abusos não passam mais para a Vara da Família; eles vão direto para a Vara Criminal.” Não resolve totalmente, diz, mas a percepção de impunidade tende a ser menor.

---

## **Campanha nacional combate exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil**

Com a participação da apresentadora Xuxa Meneghel, ação foi criada pela agência Cucumber Propaganda para o Instituto Liberta, a Childhood Brasil e a Fundação Abrinq. O Instituto Liberta, a Childhood Brasil, e a Fundação Abrinq se unem para o lançamento de campanha publicitária com o objetivo de propor uma nova abordagem para o enfrentamento da exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil. Criada pela Cucumber Propaganda, a ação conta com o apoio e parceria dos maiores veículos de comunicação do Brasil para ampla cobertura na mídia nacional. Intitulada ‘Números’, a campanha tem a apresentadora Xuxa Meneghel como uma das embaixadoras da causa e locutora do filme.

*[\(Portal da Propaganda, 30/01/2017 - acesse no site de origem\)](#)*

A proposta é evidenciar dados relativos ao problema da exploração sexual de crianças e adolescentes no país, a fim de provocar um choque de consciência na sociedade, gerando engajamento e ação imediata, bem como ampliar a quantidade de denúncias pelo telefone, por meio do canal ‘Disque 100’. “É assustador encarar a gravidade do problema e as pessoas tendem a ignorá-lo. É uma grande responsabilidade educar a população de maneira acessível e ao mesmo tempo informativa. Nossa intenção é sensibilizar a nação e estimulá-la a reagir”, afirma Sophie Wajngarten, sócia-diretora da Cucumber Propaganda, que desenvolveu a campanha publicitária.

O Instituto Liberta é uma organização não governamental (ONG) idealizada pelo empresário e filantropo Elie Horn, fundador da Construtora Cyrela Brazil Realty, conhecido por doar 60% de seu patrimônio pessoal para causas sociais dentro do programa The Giving Pledge, fundado por Bill Gates e Warren Buffett. O filantropo delegou a missão para o empresário e advogado Fabio Wajngarten, que foi o responsável por reunir parceiros de marketing e mídia estratégicos para o sucesso da causa “O ser humano, obrigatoriamente, deveria se preocupar com servir, respeitar e cuidar do próximo” afirma Fabio. A ONG tem como foco o combate da exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil e irá iniciar essa luta impulsionando a discussão e a conscientização sobre o tema, “Ninguém tem coragem de dizer não para este assunto e há destinos que podemos mudar”, diz Elie Horn.

A iniciativa também pretende aprimorar a legislação correlata a questão. “Nossa missão é manter o assunto em pauta pelos próximos dez anos, ampliando o alcance da mensagem para cada perfil de público, inclusive para que sejam criadas leis mais específicas e abrangentes sobre o tema”, explica Miriam Lefevre Lewensztajn, sócia-fundadora da Cucumber.

Professora Doutora em Direito pela PUC-SP, Luciana Temer preside o Instituto Liberta. Ela tem ampla experiência no assunto. Foi Delegada de Polícia, Secretária da Juventude, Esporte e Lazer do Estado de São Paulo e Secretária de Assistência e Desenvolvimento Social do município de São Paulo. Luciana acredita que “é fundamental jogar luz sobre esta questão. “Conhecer e enfrentar o problema é o primeiro passo para vencê-lo”, afirma.

A campanha já foi testada e otimizada de forma ‘pro bono’ pela Nielsen Consumer Neuroscience Brasil. “A execução da campanha manteve o engajando das pessoas, sendo memorável e favorecendo uma atitude ativa de colaboração frente ao tema”, afirma Janaína Brizante, diretora de neurociência da Nielsen.

#### **FICHA TÉCNICA**

Anunciante: Instituto Liberta

Produto: Institucional

Agência: Cucumber Propaganda

Título: Números

Atendimento e Planejamento: Sophie Wajngarten e Miriam Lefevre

Criação e Redação: Ana Castelo Branco e Denise Bacellar

Fotógrafo: Marcos Lopes

Produção/Filme: Vapt Filmes

Direção/Filme: Mauricio Eça

Coordenação de produção: Ana Paula Domingues

Direção/Fotografia: Scalante

Atendimento produtora: Silvana Princival e Krika Buto

Produtora de Som: Technologica

Locução: Xuxa Meneghel

Aprovação do cliente: Instituto Liberta

---

## **Secretaria de Direitos Humanos lança Campanha de Enfrentamento da Violência Contra a Criança e o Adolescente no Carnaval**

**(SDH, 19/01/2016)** “Não desvie o olhar. Fique atento. Denuncie. Proteja nossas crianças e adolescentes da violência”. Este é o lema da Campanha Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual de Crianças e Adolescentes no Carnaval, realizada anualmente pela



Secretaria de Direitos Humanos. A mobilização destaca o Disque 100 como o principal canal de recebimento de denúncias sobre violações de direitos humanos do governo federal, além dos conselhos tutelares.

***Acesse a íntegra no Portal Compromisso e Atitude: [Secretaria de Direitos Humanos lança Campanha de Enfrentamento da Violência Contra a Criança e o Adolescente no Carnaval \(SDH, 19/01/2016\)](#)***